

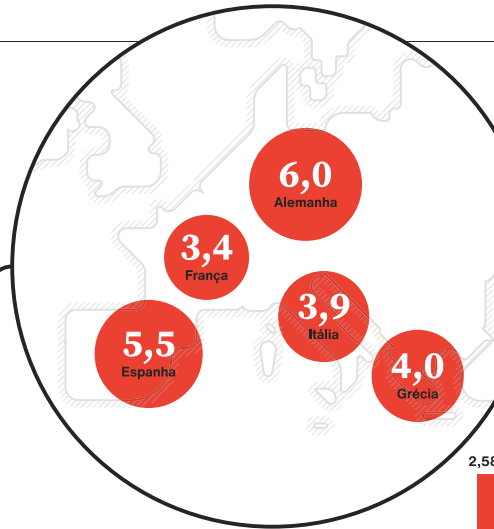
RETRATO

RECUPERAÇÃO MAIS LENTA PRESSÃO MENOS OS PREÇOS EM PORTUGAL

A estimativa do INE para a inflação em dezembro coloca o indicador em máximos de 2012. Portugal regista um dos valores mais baixos da zona euro neste capítulo e menos de metade do observado, por exemplo, em Espanha ou na Alemanha.

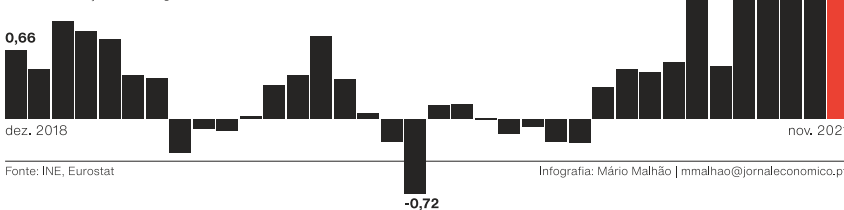
TAXA DE INFLAÇÃO [nov. 2021]

Taxa de variação homóloga, em %



ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR EM PORTUGAL

Taxa de variação homóloga, em %



Fonte: INE, Eurostat

Infografia: Mário Malhão | mmalhao@jornaleconomico.pt

INFLAÇÃO

Preços aumentam ao ritmo mais elevado desde setembro de 2012

A duração dos constrangimentos logísticos será determinante para a manutenção da pressão inflacionária, que tem sido menos forte em Portugal pela resposta orçamental “mais contida” à pandemia.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

A estimativa do INE para a inflação de dezembro coloca o indicador nos 2,8%, um máximo histórico não observado desde 2012, mas que fica abaixo da generalidade das economias da zona euro. Para os especialistas ouvidos pelo JE, este diferencial deve-se sobretudo à resposta menos expansiva do Governo à pandemia em termos orçamentais. E, em 2022, as expectativas quanto a este indicador serão chave para determinar a sua persistência.

Dezembro terá terminado com uma variação homóloga de 2,8% no índice de preços no consumidor, segundo a estimativa rápida do INE, o que representa o valor mais alto desta série desde setembro de 2012. Olhando com maior detalhe, verifica-se que a inflação subjacente (excluindo os bens energéticos e alimentares) foi de 1,8%, enquanto os produtos energéticos aceleraram 11,2% e os alimentares 3,2%.

Pedro Brinca, economista e professor na NOVA SBE, começa por

destacar o papel da energia neste fenómeno, uma situação transversal à generalidade das economias mundiais. Não só a “recuperação da economia veio acompanhada de grande pressão sobre o consumo de energia”, como, no caso específico europeu, há que contabilizar o efeito de políticas de descarbonização e o carácter sazonal das fontes renováveis. Assim, depois de um inverno frio e uma primavera e verões com menos vento do que o esperado em 2021, a Europa chegou “ao verão com reservas de gás natural muito baixas”, facto para o qual contribuiu também a decisão da Rússia de não aumentar o fornecimento deste bem.

No entanto, tal não explica a diferença entre as variações de preços registadas em Portugal e, por exemplo, em Espanha, uma economia muito interligada com a nacional para a qual se estima, em dezembro, uma inflação de 6,7%.

“Portugal teve uma política de apoio à economia no contexto da pandemia diferente da maior parte dos outros países”, refere Pedro Brinca, destacando a aposta “num modelo muito mais assente em concessões de liquidez”, através de mo-

ratórias de crédito ou fiscais. João Cerejeira, economista e professor na Universidade do Minho, converge nesta ideia, salientando a resposta “mais contida” porte do Governo português. Como tal, a recuperação económica nacional tem também sido mais lenta do que na generalidade das economias avançadas mundiais, o que resulta numa menor pressão nos preços. Isto reflete também outro fator mencionado por João Cerejeira: o desfasamento do ciclo económico português em relação ao ciclo global.

Para 2022, a questão prende-se com a transmissão da inflação à economia, algo com uma forte correlação com a persistência das pressões que têm levado à subida de preços. Ambos os economistas argumentam que as expectativas dos agentes serão determinantes, pois uma ideia de inflação prolongada influenciará também as negociações salariais do próximo ano. “A grande ameaça é que as pessoas, ao verem os preços a subir, podem começar a querer negociar aumentos salariais para não perderem poder de compra. Isto gera por si só uma espiral inflacionista”, resume Pedro Brinca. ■

PALCO ECONÓMICO

Iliteracia política



Pedro Lino
Economista

Os primeiros debates políticos demonstram um completo desconhecimento de como funciona a economia e, em especial, os mercados de capitais.

Apesar de muito se apreçoar o elevado crescimento económico dos últimos anos, é indistintível que após biliões de euros despejados na economia europeia, Portugal continua a caminhar para último no ranking do crescimento europeu. Esta situação não é de admirar porque enquanto o medo for a arma utilizada para impedir o investimento no mercado, e concentrá-lo no Estado, a economia não irá aumentar o seu potencial de crescimento.

Num dos debates, foi abordada, mais especificamente, a (in)sustentabilidade da segurança social, uma eventual aplicação em bolsa de parte dos fundos, e de estes poderem ser “perdidos” num “jogo” que se chama bolsa.

O único local onde se pode “jogar” com o dinheiro é no casino, cujos prémios por acaso são tributados a taxas inferiores aos rendimentos obtidos no mercado de capitais. Mas o mais curioso é que o dinheiro da segurança social já é aplicado nos mercados financeiros, e de forma nada recomendável, pela sua concentração geográfica e de activos.

Mais de 80% do dinheiro afecto às pensões está aplicado em dívida pública portuguesa, a mesma que, por pouco, em 2012, esteve à beira do incumprimento. O critério tem sido financiar o Estado português e não gerir no melhor interesse dos futuros pensionistas.

É amiúde referido que não se pode deixar o dinheiro à mercê dos mercados ou dos gestores, e que os futuros pensionistas podem perder tudo, tal como aconteceu nos EUA ou quem investiu na bolsa portuguesa. Nada mais falacioso. É um facto que nenhum investimento é isento de risco, e isso mesmo ficou provado quando a Grécia teve de rees-

truturar a sua dívida. No entanto, um investimento diversificado, por activos, geografia, moeda, tendo em consideração o longo prazo, é bastante compensador. Que o diga o Banco Central da Noruega, cujas aplicações em acções rondam os 70% da sua carteira, ou a evolução do índice mundial de acções que valorizou mais de 100% desde os máximos em 2008.

Ao insistir no medo estamos a condenar uma sociedade ao fracasso no longo prazo, à sua diluição, uma vez que estamos a fomentar o crescimento de empresas de outras geografias. Veja-se o caso das inúmeras empresas americanas que valem triliões de dólares. Isso não seria possível sem um mercado de capitais dinâmico.

Mas esta postura até se entende, se considerarmos que o Estado precisa de continuar a emitir obrigações para alimentar a irracionalidade do aumento da despesa, com gastos indiscriminados e sem ter em atenção a produtividade e a efetividade dos investimentos.

A iliteracia política contribui para não se discutirem soluções de capitalização e individualização da segurança social através da introdução de pilares, com o contributo do sistema público e do privado por forma a garantir que todos terão acesso a um valor mínimo que permita a dignidade. ■

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.



Ao insistir no medo estamos a condenar uma sociedade ao fracasso no longo prazo, à sua diluição, uma vez que estamos a fomentar o crescimento de empresas de outras geografias